

MODELO DE GOVERNO

Nos termos dos Estatutos do METROPOLITANO DE LISBOA, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de Junho, são órgãos sociais desta Empresa: O Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas (ROC) ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) e o Conselho Consultivo.

- **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os membros do Conselho de Administração do METROPOLITANO DE LISBOA são nomeados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes (cf. n.º 1 do artigo 4º dos seus Estatutos). O mandato dos membros do Conselho de Administração tem a duração de três anos e é renovável, até ao máximo de três renovações (cf. Artigo 5º dos seus Estatutos). Todos os membros que compõem o Conselho de Administração são membros executivos.

O Presidente, nas suas faltas e impedimentos, é substituído pelo membro executivo por si indicado.

- **CONSELHO FISCAL**

Nos termos do n.º 1 do artigo 13º dos estatutos do Metropolitano de Lisboa, a fiscalização é constituída por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas (ROC) ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) que não seja membro daquele órgão. O Conselho Fiscal é constituído por três membros efetivos e um suplente, sendo um deles o Presidente (cf. n.º 2 do artigo 13º).

Os membros do Conselho Fiscal são nomeados por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes, por um período de três anos, renovável até ao máximo de três vezes (cf. n.º 3 do artigo 13º).

- **REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)**

De acordo com o n.º 4 do artigo 13.º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, o Revisor Oficial de Contas tem um mandato com a duração de três anos, renovável por uma única vez. Decorrido o prazo mínimo de dois anos sobre o termo do prazo de renovação, pode voltar a ser designado o mesmo ROC.

- **CONSELHO CONSULTIVO¹**

De acordo com o artigo 16.º dos estatutos do Metropolitano de Lisboa, ao Conselho Consultivo compete apreciar os planos de atividade de natureza anual e plurianual, bem como o relatório de atividades; pronunciar-se sobre a expansão das linhas de metropolitano existentes e sobre a instalação e a exploração de novas linhas de metropolitano; emitir recomendações tendo em vista a melhoria da prestação do serviço público de transporte por metropolitano e pronunciar-se sobre outros assuntos, relacionados com a atividade do Metropolitano de Lisboa, que lhe sejam submetidos pelo presidente, pela maioria dos seus membros, ou cuja apreciação seja solicitada pelo conselho de administração.

¹ A nomeação de uma Comissão Executiva é uma faculdade do Conselho de Administração, a sua constituição não é, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º dos Estatutos do ML, obrigatória. O atual Conselho de Administração não nomeou uma Comissão Executiva.

O artigo 15.º dos estatutos refere que o Conselho Consultivo é composto por:

- a) Dois representantes nomeados pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes;
- b) Um representante indicado pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P.;
- c) Um representante indicado pela Área Metropolitana de Lisboa;
- d) Um representante indicado pela Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa;
- e) Um representante indicado por cada uma das câmaras municipais onde se situe a rede de transporte público do ML, E.P.E.;
- f) Um representante eleito pelos trabalhadores do ML, E.P.E.;
- g) O provedor do Metropolitano de Lisboa;
- h) Um representante do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P.;
- i) Um representante da Autoridade Nacional de Proteção Civil.

O conselho consultivo é presidido pelo representante dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes que para tal seja designado, no respetivo despacho conjunto de nomeação, sendo o seu mandato de três anos.

O exercício do cargo de membro do conselho consultivo não é remunerado, sem prejuízo do pagamento de ajudas de custo, se forem devidas, as quais são suportadas pelas entidades públicas que designaram os seus representantes e, nos restantes casos, pelo ML, E.P.E.

Nos termos dos Estatutos da Empresa não existe Assembleia Geral. Os artigos 3º a 10º dos referidos Estatutos regulamentam as matérias relativas à composição, competência e funcionamento do Conselho de Administração do ML, com atualização no preceituado Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Nos termos do artigo 21º dos Estatutos do METROPOLITANO DE LISBOA o capital estatutário “*é detido integralmente pelo Estado e destina-se a responder às necessidades permanentes da Empresa.*” O n.º 2 do mesmo artigo refere que “o capital estatutário é aumentado ou reduzido mediante despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes.”

https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2018/10/MetropolitanodeLisboa_RelatoriodeGovernoSocietario2017.pdf

ÓRGÃOS SOCIAIS

1. Conselho de Administração

Conselho de Administração em funções desde 1 de janeiro de 2017

O Conselho de Administração do METROPOLITANO DE LISBOA, para o mandato 2017-2019, foi nomeado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2017, de 16 de janeiro (*D.R. 1ª série – nº 11, de 16 de janeiro de 2017*). Os atuais membros do Conselho de Administração entraram em funções a 1 de janeiro de 2017.

Quadro 1 – Identificação dos membros do Conselho de Administração – Mandato 2017-2019

Mandato (início - fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc	Data
2017-2019	Presidente	Eng. Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	RCM n.º 16/2017	16/jan/2017
2017-2019	Vogal 1	Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	RCM n.º 16/2017	16/jan/2017
2017-2019	Vogal 2	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	RCM n.º 16/2017	16/jan/2017
2017-2019	Vogal 3	Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis (1)	RCM n.º 16/2017	16/jan/2017

(1) Renúncia ao cargo de Vogal do Conselho de Administração do ML, com efeitos a partir de 21 de abril de 2018.

Conselho de Administração em funções entre 7 de janeiro e 31 de dezembro de 2016

O Conselho de Administração do METROPOLITANO DE LISBOA, para o mandato 2016-2018, foi nomeado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 1-A/2016, de 7 de janeiro (*D.R. 2ª série – nº 4, de 7 de janeiro de 2016*). Os membros deste Conselho de Administração cessaram funções em 31 de dezembro de 2016.

Quadro 2 – Identificação dos membros do Conselho de Administração – Mandato 2016-2018

Mandato (início - fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc	Data
2016-2018	Presidente	Eng. Tiago Alexandre Lopes Farias	RCM n.º 1-A/2016	07/jan/2016
2016-2018	Vogal 1	Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	RCM n.º 1-A/2016	07/jan/2016
2016-2018	Vogal 2	Dr. José Realinho de Matos	RCM n.º 1-A/2016	07/jan/2016
2016-2018	Vogal 3	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	RCM n.º 1-A/2016	07/jan/2016
2016-2018	Vogal 4	Dr. António Manuel Domingues Pires	RCM n.º 1-A/2016	07/jan/2016

Conselho de Administração em funções entre 8 de janeiro de 2015 e 6 de janeiro de 2016

O Conselho de Administração do METROPOLITANO DE LISBOA, para o mandato 2015-2017, foi nomeado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 04/2015, de 8 de janeiro (*D.R. 2ª série – nº 9, de 14 de janeiro de 2015*). Os membros deste Conselho de Administração cessaram funções a 6 de janeiro de 2016.

Quadro 3 – Identificação dos membros do Conselho de Administração – Mandato 2015-2017²

Mandato (início - fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc	Data
2015-2017	Presidente	Eng.º Rui Lopes Loureiro	RCM n.º 04/2015	08/jan/2015
2015-2017	Vogal 1	Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	RCM n.º 04/2015	08/jan/2015
2015-2017	Vogal 2	Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	RCM n.º 04/2015	08/jan/2015
2015-2017	Vogal 3	Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	RCM n.º 04/2015	08/jan/2015
2015-2017	Vogal 4	Dr. José Rui Roque	RCM n.º 04/2015	08/jan/2015

2. Conselho Fiscal

Conselho Fiscal em funções desde 1 de janeiro de 2017

O Conselho Fiscal do METROPOLITANO DE LISBOA, para o mandato 2017-2019, foi nomeado por Despacho Conjunto dos Senhores Secretários de Estado Adjuntos de Tesouro e Finanças (SETF) e do Ambiente (SEAMB), de 11 de janeiro de 2017. Os atuais membros do Conselho Fiscal entraram em funções a 1 de janeiro de 2017.

Quadro 4 – Identificação dos membros do Conselho Fiscal – Mandato 2017-2019

Mandato (início - fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc	Data
2017-2019	Presidente	Dr. José Carlos Pereira Nunes	D.C. SETF e SEAMB	11/jan/2017
2017-2019	Vogal efetivo	Dr.ª Cristina Maria Pereira Freire	D.C. SETF e SEAMB	11/jan/2017
2017-2019	Vogal efetivo	Dr.ª Margarida Carla Campos Freitas Taborda	D.C. SETF e SEAMB	11/jan/2017
2017-2019	Vogal suplente	Dr.ª Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	D.C. SETF e SEAMB	11/jan/2017

Conselho Fiscal em funções entre 5 de outubro de 2012 e 31 de dezembro de 2016

O Conselho Fiscal do METROPOLITANO DE LISBOA, para o mandato 2012-2014, foi nomeado por Despacho Conjunto dos Senhores Secretários de Estado Adjuntos de Tesouro e Finanças (SETF) e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (SEOPTC), de 5 de outubro de 2012. Os membros deste Conselho Fiscal estiveram em funções até final do ano de 2016.

² O Conselho de Administração da Metropolitano de Lisboa, E. P. E., e, consequentemente, os Conselhos de Administração da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S. A., da Transtejo — Transportes do Tejo, S. A., e da Soflusa — Sociedade Fluvial de Transportes, S. A., para o período 2015-2017, cujos membros exerciam funções em regime de acumulação, foram dissolvidos, com fundamento em critérios de mera conveniência, pela R.C.M n.º 1-A/2016, de 7 de janeiro.

Quadro 5 – Identificação dos membros do Conselho Fiscal – Mandato 2012-2014

Mandato (início - fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc	Data
2012-2014	Presidente	Dr. José Emílio Castel Branco	D.C. SETF e SEOPTC	05/out/2012
2012-2014	Vogal efetivo	Dr. José Carlos Pereira Nunes	D.C. SETF e SEOPTC	05/out/2012
2012-2014	Vogal efetivo	Dr.ª Maria Onília Oliveira de Sousa	D.C. SETF e SEOPTC	05/out/2012
2012-2014	Vogal suplente	Dr.ª Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes	D.C. SETF e SEOPTC	05/out/2012

3. Revisor Oficial de Contas (ROC)

A sociedade nomeada, para o triénio 2015-2017, que exerce funções ao Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa, foi designada em 18 de março de 2015, por Despacho Conjunto entre a Secretária de Estado do Tesouro e o Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações (cf. n.º 4, do artigo 13º dos Estatutos).

Quadro 6 – Identificação do SROC/ROC – 2015-2017

Mandato (início - fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação	
		Nome	Número	CMVM	Forma	Data
2015-2017	Efetivo	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC representado por:	74	20161409	Despacho Conjunto Ministérios das Finanças e da Economia	18/mar/2015
		Dr. José Luís Areal Aves da Cunha	585	20160240		
	Suplente	Dr. Abílio Ançã Henrique	413	20160121		

A sociedade que anteriormente exercia funções de ROC externo ao Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa, foi designada em 18 de março de 2008, por Despacho n.º 192/2008 da Secretaria de Estado dos Transportes Ferroviários.

Quadro 7 – Identificação do SROC/ROC – 2008-2014

Mandato (início - fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação	
		Nome	Número	Forma	Data
2008-2014	Efetivo	Caiano Pereira, António e José Reimão, SROC representado por: Dr. Luís Pedro Pinto Caiano Pereira ROC n.º 842	38	Despacho 192/08-SETF	18/mar/2008

Entre junho de 2010 e dezembro de 2014 esta função foi assegurada pela SROC Caiano Pereira – António e José Reimão, representada por Luís Pedro Pinto Caiano Pereira, ROC n.º 842.

O ROC externo exerceu funções consecutivamente desde 2008, com base no aludido Despacho n.º 192/08, da Secretaria e Estado do Tesouro e Finanças, renovando o seu mandato uma vez. Apresentou renúncia às funções de ROC do ML através de ofício dirigido ao Presidente do Conselho Fiscal, datado de 22 de janeiro de 2015.

4. Auditor externo

Ao abrigo do Código da Contratação Pública, de três em três anos, o Metropolitano de Lisboa lança concurso para a contratação do auditor Externo.

O atual Auditor Externo foi contratado para o período 2016-2018, estando em funções desde 01 de janeiro de 2016.

Quadro 8 – Identificação do Auditor Externo – 2016-2018

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação
Nome	N.º OROC	Valor após reduções	
BDO & Associados, SROC, Lda. representada por:	29	20161384	01/jan/2016
Dr. João Paulo Torres Cunha Ferreira	956	20160573	

Quadro 9 – Identificação do Auditor Externo – 2013-2015

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação
Nome	N.º OROC	Valor após reduções	
Deloitte & Associados, SROC, S.A. representada por:	43	20161389	22/out/2013
Dr. Pedro Miguel Gonçalves Carreira Mendes	1207	20160818	

A Deloitte foi constituída em 2002, sendo desde essa altura o auditor externo da Empresa.

Estatuto Remuneratório – Ano 2017

A remuneração dos administradores do METROPOLITANO DE LISBOA resulta da classificação prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 9 de fevereiro, cujos efeitos foram prorrogados para o ano de 2017 pelo artigo 134.º, alínea o), do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março.

Quadro 10 – Competência para a determinação das remunerações

Remuneração dos membros dos órgãos sociais	Despacho conjunto
Remuneração dos membros da Comissão Executiva	Não aplicável. Não existe comissão executiva
Remuneração dos dirigentes	Conselho de Administração

O artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 8/2012 de 18 de janeiro determina no seu ponto 1. que “A remuneração dos gestores públicos integra um vencimento mensal que não pode ultrapassar o vencimento mensal do primeiro-ministro”, acrescida de um abono mensal para despesas de representação no valor de 40% do vencimento, pago 12 vezes ao ano. Os administradores auferem apenas uma remuneração e não beneficiam de qualquer abono adicional em virtude da acumulação de funções.

Quadro 11 – Estatuto remuneratório fixado do Conselho de Administração

Conselho de Administração	
Presidente	Valor mensal líquido: 5.722,75 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 2.289,10 €, pago 12 vezes por ano;
Vogais	Valor mensal líquido: 4.578,20 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.831,28 €, pago 12 vezes por ano.

O estatuto remuneratório dos elementos do Conselho Fiscal designado para o mandato 2017-2019, foi determinado pelo Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e do Ministério do Ambiente, de 11 de janeiro de 2017.

Quadro 12 – Estatuto remuneratório fixado do Conselho Fiscal ²

Conselho Fiscal	
Presidente	Valor mensal líquido de 1.362,01 €, pagos 14 vezes por ano;
Vogais	Valor mensal líquido de 1.021,51 €, pagos 14 vezes por ano.

A remuneração anual líquida do Revisor Oficial de Contas é a constante do contrato de prestação de serviços celebrado entre o METRO e a Sociedade Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em 18 de março de 2015, a qual cumpre o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global mensal líquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da Empresa, de acordo com o estabelecido nos artigos 59.º e 60.º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Remunerações e outras regalias (valores anuais)

1. Conselho de Administração

1.1. Remunerações e outras regalias do Conselho de Administração em 2017

Quadro 13 – Remuneração anual dos membros do Conselho de Administração – Ano 2017

Membro do CA	Remuneração Anual - 2017 (€)				
	Fixa	Variável	Valor Bruto	Reduções Remuneratórias	Valor Bruto Final
	(1)	(2)	(3) = (1) + (2)	(4)	(6) = (3) - (4)
Eng.º Vítor Manuel Domingues dos Santos	107.587,70	2.504,70	110.092,40	5.775,28	104.317,12
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	86.070,16	2.504,70	88.574,86	4.620,14	83.954,72
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	86.070,16	2.504,70	88.574,86	4.753,70	83.821,16
Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis	86.070,16	2.504,70	88.574,86	4.620,14	83.954,72
			375.816,98	19.769,26	356.047,72

Os membros executivos do Conselho de Administração auferem, ainda, as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da Empresa;
- O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro);
- Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder € 80,00.

Quadro 14 – Estatuto do Gestor Público – Ano 2017

Membro do CA	EGP			
	Fixado (S/N)	Classificação [A/B/C]	Remuneração Mensal Bruta	
			Vencimento mensal	Despesas representação
Eng.º Vítor Manuel Domingues dos Santos	S	A	5.722,75	2.289,10
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	S	A	4.578,20	1.831,28
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	S	A	4.578,20	1.831,28
Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis	S	A	4.578,20	1.831,28

Não é permitido:

- A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa;
- O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal.

Quadro 15 – Benefícios sociais – Ano 2017

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual		Outros
	Valor / Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual	Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Identificar Valor
Eng.º Vítor Manuel Domingues dos Santos	10,35	2.504,70	SNS	25.887,16	598,20	-	Seguro de acidentes de trabalho 1.466,10
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	10,35	2.504,70	SAMS	6.167,10	598,20	-	Seguro de acidentes de trabalho 1.172,88
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	10,35	2.504,70	ADSE	0,00	598,20	-	Seguro de acidentes de trabalho 1.170,96
Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis	10,35	2.504,70	SNS	20.776,74	598,20	-	Seguro de acidentes de trabalho 1.172,88
		10.018,80		52.831,00	2.392,80	0,00	4.982,82

Quadro 16 – Remuneração anual dos membros do Conselho de Administração – Ano 2016 (de 07/jan a 31/dez)

Membro do CA	Remuneração Anual - 2016 (€)					
	Fixa	Variável	Valor Bruto	Reduções Remuneratórias	Reversões Remuneratórias	Valor Bruto Final
	(1)	(2)	(3) = (1) + (2)	(4)	(5)	(6) = (3) - (4) + (5)
Eng.º Tiago Alexandre Lopes Farias	40.923,01	-	40.923,01	4.590,99	1.543,51	37.875,53
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	32.615,95	-	32.615,95	3.663,51	1.235,15	30.187,59
Dr. José Realinho de Matos	32.626,67	-	32.626,67	3.670,14	1.231,61	30.188,14
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	31.647,87	-	31.647,87	3.601,89	1.220,25	29.266,23
Dr. António Manuel Domingues Pires	32.472,83	-	32.472,83	3.660,88	1.232,53	30.044,47
			170.286,32	19.187,41	6.463,05	157.561,96

Quadro 17 – Remuneração anual dos membros do Conselho de Administração – Ano 2016 (de 01 a 06/jan)

Membro do CA	Remuneração Anual - 2016 (€)					
	Fixa	Variável	Valor Bruto	Reduções Remuneratórias	Reversões Remuneratórias	Valor Bruto Final
	(1)	(2)	(3) = (1) + (2)	(4)	(5)	(6) = (3) - (4) + (5)
Eng. Rui Lopes Loureiro	5.488,15	-	5.488,15	792,37	207,19	4.902,96
Dr. Pedro Gonçalves de Brito Aleixo Bogas	6.564,55	-	6.564,55	949,13	248,36	5.863,78
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	4.173,71	-	4.173,71	602,47	157,51	3.728,76
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	6.157,60	-	6.157,60	890,12	232,90	5.500,37
Dr. José Rui Roque	4.580,66	-	4.580,66	661,47	172,98	4.092,17
			26.964,68	3.895,57	1.018,94	24.088,05

Quadro 18 – Remuneração anual dos membros do Conselho de Administração – Ano 2015 (de 08/jan a 31/dez)

Membro do CA	Remuneração Anual (€)					
	Fixa	Variável	Valor Bruto	Reduções Remuneratórias	Reversões Remuneratórias	Valor Bruto Final
	(1)	(2)	(3) = (1) + (2)	(4)	(5)	(6) = (3) - (4) + (5)
Eng. Rui Lopes Loureiro	34 554,39	-	34 554,39	4 438,21	669,22	30 785,40
Dr. Pedro Gonçalves de Brito Aleixo Bogas	27 638,51	-	27 638,51	3 498,13	511,56	24 651,94
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	27 643,82	-	27 643,82	3 549,45	535,14	24 629,51
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	27 643,55	-	27 643,55	3 535,95	520,83	24 628,43
Dr. José Rui Roque	27 643,82	-	27 643,82	3 549,45	535,14	24 629,51
			145 124,09	18 571,19	2 771,89	129 324,79

Quadro 19 – Remuneração anual dos membros do Conselho de Administração – Ano 2015 (de 01 a 07/jan)

Membro do CA	Remuneração Anual (€)					
	Fixa	Variável	Valor Bruto	Reduções Remuneratórias	Reversões Remuneratórias	Valor Bruto Final
	(1)	(2)	(3) = (1) + (2)	(4)	(5)	(6) = (3) - (4) + (5)
Dr. Pedro Gonçalves de Brito Aleixo Bogas	788,26	-	788,26	112,25	14,57	690,58
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	8 168,45	-	8 168,45	983,22	0,00	7 185,23
Dr. António Manuel Domingues Pires	766,73	-	766,73	111,18	14,57	670,12
			9 723,44	1 206,65	29,14	8 545,93

2. Conselho Fiscal

Quadro 20 – Remuneração anual – Ano 2017

Nome	Un.	Remuneração Anual		
		Bruto	Reduções remuneratórias	Valor após reduções
		(1)	(2)	(3) = (1) - (2)
Dr. José Carlos Pereira Nunes	€	19 068,13 €	- €	19 068,13 €
Dr.ª Cristina Maria Pereira Freire	€	14 301,19 €	- €	14 301,19 €
Dr.ª Maria Onília Oliveira de Sousa	€	14 301,19 €	- €	14 301,19 €
Dr.ª Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes	€	- €	- €	- €
				47 670,51 €

Quadro 21 – Remuneração anual – Ano 2016

Nome	Un.	Remuneração Anual			
		Bruto	Reduções remuneratórias	Reversão remuneratórias	Valor após reduções
		(1)	(2)	(3)	(4) = (1) - (2) + (3)
Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	€	4 486,28 €	548,75 €	277,18 €	4 214,71 €
Dr. José Carlos Pereira Nunes	€	8 412,47 €	569,23 €	341,54 €	8 184,79 €
Dr.ª Maria Onília Oliveira de Sousa	€	8 412,47 €	560,12 €	336,06 €	8 188,42 €
Dr.ª Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes	€	- €	- €	- €	- €
(2) e (3) - Reduções e Reversões remuneratórias previstas na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro e na Lei n.º 159-A/2015, de 30 de setembro.					20 587,91 €

Quadro 22 – Remuneração anual – Ano 2015

Nome	Un.	Remuneração Anual			
		Bruto	Reduções remuneratórias	Reversão remuneratórias	Valor após reduções
		(1)	(2)	(3)	(4) = (1) - (2) + (3)
Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	€	10 991,11 €	897,25 €	224,31 €	10 318,17 €
Dr. José Carlos Pereira Nunes	€	8 245,81 €	666,96 €	166,72 €	7 745,57 €
Dr.ª Maria Onília Oliveira de Sousa	€	8 248,23 €	657,27 €	164,30 €	7 755,26 €
Dr.ª Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes	€	- €	- €	- €	- €

3. Revisor Oficial de Contas

Quadro 23 – Remuneração anual – Ano 2017

Nome (ROC/FU)	Remuneração Anual		
	Bruto	Reduções remuneratórias	Valor após reduções
	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)
Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC	20 550,36 €	- €	20 550,36 €

Quadro 24 – Remuneração anual – Ano 2016

Nome (ROC/FU)	Remuneração Anual			
	Bruto	Reduções remuneratórias	Reduções remuneratórias	Valor após reduções
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) - (2) + (3)
Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC	17 536,88 €	- €	- €	17 536,88 €

Quadro 25 – Remuneração anual – Ano 2015

Nome (ROC/FU)	Remuneração Anual			
	Bruto	Reduções remuneratórias	Reduções remuneratórias	Valor após reduções
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) - (2) + (3)
Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC	13 834,66 €	- €	- €	13 834,66 €

4. Auditor externo

Quadro 26 – Remuneração anual do Auditor Externo – Ano 2017

Nome do Auditor Externo	Remuneração Anual		
	Bruto	Reduções remuneratórias	Valor após reduções
	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)
BDO & Associados, SROC, Lda.	29 780,00 €	- €	29 780,00 €

Quadro 27 – Remuneração anual do Auditor Externo – Ano 2016

Nome do Auditor Externo	Remuneração Anual			
	Bruto	Reduções remuneratórias	Reduções remuneratórias	Valor após reduções
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) - (2) + (3)
Deloitte & Associados, SROC, S.A.	20 000,00 €	- €	- €	20 000,00 €

Quadro 28 – Identificação e remuneração do auditor externo – Ano 2015

Nome do Auditor Externo	Remuneração Anual			
	Bruto	Reduções remuneratórias	Reduções remuneratórias	Valor após reduções
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) - (2) + (3)
Deloitte & Associados, SROC, S.A.	23 950,00 €	- €	- €	23 950,00 €

Funções e Responsabilidades

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Presidente do Conselho de Administração

Gabinete da Secretaria-Geral
 Gabinete de Auditoria Interna
 Direção de Capital Humano
 Direção de Tecnologias de Informação
 Gabinete de Valorização do Património
 Grupo para a Inovação
 PARTICIPADAS:

- Presidente do Conselho de Administração da FERCONSULT, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da METROCOM, S.A.

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Vogal do Conselho de Administração

Substituto do Presidente, nas suas ausências e impedimentos

Direção de Clientes
 Direção de Operações

Direção Financeira
Gabinete Jurídico e Contencioso
PARTICIPADAS:

- Vogal do Conselho de Administração da METROCOM, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da TREM, A.C.E.
- Presidente do Conselho de Administração da TREM II, A.C.E.

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Vogal do Conselho de Administração

Diretor Coordenador
Direção de Ambiente e Qualidade
Direção de Empreendimentos
Direção de Manutenção
Direção de Logística
Direção de Segurança e Vigilância
Direção para a Expansão da Rede

PARTICIPADAS:

- Vogal do Conselho de Administração da FERCONSULT, S.A.

Síntese Curricular

1. Membros do Conselho de Administração

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Presidente do Conselho de Administração

Formação Académica:

PADE – AESE - Escola de Negócios (2002)
MBA em Gestão Internacional – Universidade Católica Portuguesa (1993)
Licenciatura em Engenharia Civil – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1977)

Atividade Profissional:

Desde 01.janeiro.2017 – Presidente do Conselho de Administração da Metropolitano de Lisboa, E.P.E.;

Funções anteriores:

2010 / 2015 – Presidente Executivo do Conselho de Administração da Vialivre, S.A.;
2006 / 2015 – Presidente Executivo do Conselho de Administração da Euroscut Açores;
2001 / 2015 – Presidente Executivo do Conselho de Administração da Auto-Estradas Norte Litoral;
2000 / 2015 – Presidente Executivo do Conselho de Administração da Euroscut Algarve;
1999 / 2015 – Administrador Delegado da Cintra, S.A;
1995 / 1999 – Administrador Delegado na Ferrovial S.A e Ferrovial Agroman S.A.;

Outras Funções Desempenhadas:

Administrador da APACAP, Associação Portuguesa das Concessionárias de Pontes e Estradas com Portagem; Auto-
Vice-Presidente da Assembleia Geral da Câmara do Comércio e Indústria Luso Espanhola.

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Vogal do Conselho de Administração

Formação Académica:

Mestrado em Gestão, pela Universidade Lusíada;
Licenciatura em Gestão, pela Universidade Lusíada.

Atividade Profissional:

Desde 01.janeiro.2017 – Vogal do Conselho de Administração da Metropolitano de Lisboa, E.P.E.;

Atividade Profissional anterior:

07.janeiro.2016 / 31.dezembro.2016 – Vogal do Conselho de Administração da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A., da TRANSTEJO – Transportes do Tejo, S.A. e da SOFLUSA – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.; e ainda, Vogal do Conselho de Administração das empresas participadas FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A., da METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.;

2015 / 2016 – Quadro na Caixa Geral de Depósitos, S.A.;

23.agosto.2012 / 08.janeiro.2015 – Vogal do Conselho de Administração da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A.; e ainda, Vogal do Conselho de Administração das empresas participadas FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A., da METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A. e Gerente da CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.;

2009 / 2012 – Vogal do Conselho de Administração, da Administração do Porto de Lisboa, S.A.;

2009 – Presidente do Jurí do Concurso Limitado por Prévia Qualificação para Subconcessão da Operação e Manutenção do Sistema de Metro Ligeiro na Área Metropolitana do Porto;

2007 / 2009 – Adjunto no Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes, do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;

2004 / 2007 – Diretor Adjunto na Direção Corporate Finance Dívida da Caixa – Banco de Investimentos, S.A.;

2001 / 2003 – Subdiretor na Direção Assessoria a PME's – Banco de Investimentos, S.A.;

1992 / 2001 – Assistente, com regência, na Universidade Lusíada;

1992 / 2000 – Técnico do Banco Nacional Ultramarino, S.A..

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Vogal do Conselho de Administração

Habilitações Académicas:

Doutoramento — Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Departamento de Engenharia Civil, Guimarães;

Mestrado — Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Departamento de Engenharia Civil, Guimarães;

Pós-Graduação — Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Departamento de Engenharia Civil, Guimarães;

Licenciatura em Engenharia Civil — Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Coimbra

Atividade Profissional:

Desde 01.janeiro.2017 — Vogal do Conselho de Administração da Metropolitano de Lisboa, E.P.E.;
Desde 2012 — Membro Colaborador, Centro de Território Ambiente e Construção (Centro de Investigação da Universidade do Minho -CTAC);

Atividade Profissional anterior:

07.janeiro.2016 / 31.dezembro.2016 — Vogal do Conselho de Administração da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A., da TRANSTEJO – Transportes do Tejo, S.A. e da SOFLUSA – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.;

2009 / 2016 — NRAU — Técnico Qualificado, Ministério do Ambiente Ordenamento do Território e Energia;

2003 / 2016 — Diretora de Serviços, Universidade do Minho;

1993 / 2016 — Consultoria e assessoria técnica na gestão de projetos de construção, Serviços de Ação Social da Universidade do Minho; Perito do Ministério da Justiça;

2007 / 2015 — Membro da Direção da Agência para a Energia e Ambiente da Universidade do Minho (AUMEA);

2007 / 2008 — Consultoria, Laboratório Internacional Ibérico de Nanotecnologia;

2001 / 2006 — Assistente Convidado a tempo parcial, Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Departamento de Engenharia Civil;

1997 / 2003 — Chefe de Divisão, Universidade do Minho;

1992 / 1998 — Técnica responsável pelo alvará da empresa Construções Júlio Dias Lda.;

1991 / 1997 — Técnica Superior, Universidade do Minho, Gabinete das Instalações Definitivas;

1989 / 1991 — Direção de Obra, Sá Machado & Filhos Lda.;

1989 / 1990 — Professora do 2º ciclo da disciplina de Ciências da Natureza, Escola C+S de Francisco Sanches, Braga.

2. Membros do Conselho Fiscal

Dr. José Carlos Pereira Nunes

Efetivo (Presidente)

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), concluída em setembro de 1991;

Certificado de aptidão profissional como formador, passado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (no âmbito do Sistema Nacional de Certificação Profissional).

Atividade Profissional:

Desde janeiro de 2017 – Presidente do Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.;

Desde janeiro de 2013 – Inspetor do quadro da Inspeção-Geral de Finanças, exercendo as funções de Chefe de Equipa;

Atividade Profissional anterior:

Entre janeiro e julho de 2017 – Presidente do Conselho Fiscal da Companhia CARRIS de Ferro de Lisboa, S.A.;

05.outubro.2012 / 31.dezembro.2016 – Vogal do Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.;

23.agosto.2012 / 31.dezembro.2016 – Vogal do Conselho Fiscal da Companhia CARRIS de Ferro de Lisboa, S.A..

2008 / 2016 – Membro do júris de diversos concursos públicos de privatização ou concessão de serviços públicos;

2001 / 2007 – Diretor de serviços do Gabinete de Organização, Planeamento e Auditoria dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça; Membro de diversos júris de concursos públicos de admissão de pessoal para o quadro dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça;

2000 / 2002 – Docente de matérias financeiras e contabilísticas, em regime de acumulação em horário não laboral, do curso superior de Contabilidade, do Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade;

1996 / 2000 – Docente de matérias contabilísticas e fiscais, em regime de acumulação em horário não laboral, do curso de habilitação ao exame para técnicos de contas, do Centro de Estudos de Contabilidade;

1992 / 2001 – Inspetor do quadro da Inspeção-Geral de Finanças.

Dr.ª Cristina Maria Pereira Freire

Efetivo (Vogal)

Habilitações Académicas:

Mestre em Direito – variante Ciências Jurídico-Políticas, pela Universidade Lusíada de Lisboa (2011 / 2012);

Pós-Graduada em Ciências Jurídico-Administrativas, pela Faculdade de Direito de Lisboa – Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (2006 / 2007);

Pós-Graduada em Direito da Sociedade da Informação, pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual e pela Faculdade de Direito de Lisboa (1998 / 1999);
Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1998).

Atividade Profissional:

Desde Dezembro.2017 – Diretora de Serviços da Direção de Serviços Jurídicos e de Coordenação da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), em regime de substituição;
Desde janeiro.2017 – Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A.;
Desde janeiro.2017 – Vogal do Conselho Fiscal da Metropolitano de Lisboa, E.P.E.;
Desde 08.março.2015 – Vogal do Conselho Fiscal da ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E.;
Desde 2013 – Secretária da Mesa das Assembleias Gerais da Parvalorem, S.A., da Parparticipadas, SGPS, S.A. e da Parups, S.A.;
Desde 2008 – Secretária da Mesa da Assembleia Geral da EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A..

Atividade Profissional anterior:

Junho.2017 / Dezembro.2017 – Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos e Coordenação da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), em regime de substituição;
Abril.2016 / maio.2017 – Diretora de Serviços da Direção de Serviços Jurídicos e de Coordenação da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), em regime de substituição;
Setembro.2013 / março.2016 – Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos e Coordenação da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), em regime de substituição;
2009 / 2015 – Vogal do Conselho Fiscal da EGREP - Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, E.P.E.;
2009 / 2014 – Vogal não executiva do Conselho de Administração da Fundação Mata do Buçaco;
Julho.2007 / Agosto.2013 – Técnica Superior na Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF);
23.Outubro.2006 / 30.Junho.2007 – Técnica Superior de 1.ª classe na Direção-Geral do Património;
Março.2005 / Outubro.2006 – Técnica Superior de 2.ª classe no Gabinete Jurídico-Administrativo da Polícia Municipal da Câmara Municipal da Amadora (CMA);
Julho.2004 / Março.2005 – Adjunta do Ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional;
Maio / Julho.2004 – Adjunta do Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente;
Abril.2003 / Maio.2004 – Adjunta do Secretário de Estado do Ordenamento do Território;
Abril.2002 / Abril.2003 – Adjunta do Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território;
Agosto.2001 / Março.2002 – Técnica Superior de 2.ª Classe no Gabinete Jurídico-Administrativo da Polícia Municipal da Câmara Municipal da Amadora (CMA);
Março / Julho.2001 – Jurista na Direção de Serviços Jurídicos da Direção-Geral das Autarquias Locais;

Fevereiro.2000 / Fevereiro.2001 – Técnica Superior estagiária (fevereiro de 2000 a fevereiro de 2001), na CMA, no Departamento de Administração Geral e Finanças/Serviço de Contraordenações;
Novembro.1998 / Maio.2000 – Advogada estagiária.

Dr.ª Margarida Carla Campos Freitas Taborda

Efetivo (Vogal)

Habilitações Académicas:

Pós-graduação em Direito do Setor Empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2016)
Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) (1995).

Atividade Profissional:

Desde janeiro.2017 – Vogal do Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.;
Desde dezembro.2013 – Quadro Técnica Superior da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) a desempenhar funções técnicas na Direção de Serviços de Participações do Estado.

Atividade Profissional anterior:

2002 / 2013 – Técnica Superior da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), tendo desempenhado funções na Direção de Serviços de Regularizações Financeiras;
2001 / 2002 – Técnica Superior do quadro da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), tendo desempenhado funções na Direção de Serviços Financeiros;
1999 / 2000 – Técnica Superior do quadro do Hospital de São Bernardo (Setúbal), tendo desempenhado funções de assessoria à Administração Hospitalar na área financeira;
1995 / 1998 – Técnica Superior do quadro do INFARMED, tendo desempenhado funções de apoio técnico na Direção de Serviços Financeiros.

Dr.ª Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes

Suplente (Vogal)

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas, pela Universidade Católica Portuguesa.

Atividade Profissional atual:

Desde outubro.2012 – Diretora de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), em regime de substituição;
Desde 18.abril.2008 – Vogal do Conselho Fiscal da APS – Administração do Porto de Sines, S.A.;
Desde 2007 – Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.;
Desde 2004 – Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A..

Atividade Profissional anterior:

Abril.2008 / setembro.2012 - Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Orçamental da DGTF, em regime de substituição;

2007 / novembro.2013 – Vogal do Conselho Fiscal da SOFID – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A.;

Junho.2007 / abril.2008 – Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Financeiros da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF);

2004 / fevereiro.2008 - Presidente da Comissão de Fiscalização do Instituto de Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário;

2002 / 2005 - Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Hospital de São Bernardo, S.A.;

abril.2000 / junho.2007 - Diretora do Gabinete de Prospectiva e Coordenação (GPC) da Direcção-Geral do Tesouro (DGT);

1999 / 2004 - Vogal do Conselho Fiscal da Hidroelétrica de Cahora Bassa, S.A.;

Abril.1993 / 05.abril.2000 – Chefe de Divisão da área de Coordenação Orçamental e Bonificações (DGT);

1987 / 1993 – Técnica Superior do Tesouro tendo exercido funções nas seguintes Direcções da DGT: Operações Cambiais; Planeamento, Organização e Coordenação; e Gabinete de Estudos.

Outras funções e atividades profissionais:

Desde setembro.2016 – Representante do Ministério das Finanças no Conselho Numismático da INCM, S.A.;

Desde novembro.2015 – Representante da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) no projeto de criação da Entidade Contabilística Estado.

Desde 05.outubro.2012 – Vogal suplente do Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.;

Desde 23.agosto.2012 – Vogal suplente do Conselho Fiscal da Companhia CARRIS de Ferro de Lisboa, S.A.;

Desde agosto.2012 – Representante da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) na Comissão Executiva da Estrutura de Gestão do PNAEE;

Desde junho de 2010 – Representante da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) na Comissão de Investimentos do Fundo de Modernização do Comércio;

Desde março.2009 – Representante da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) na Comissão de Gestão Técnica do Fundo para a Promoção dos Direitos dos Consumidores;

Desde abril.2008 – Membro do Grupo para o Acompanhamento Permanente da Moeda Metálica;

2002 / 2004 – Representante da Direcção-Geral do Tesouro no grupo de trabalho que apresentou um projeto de diploma sobre crédito bonificado para Pessoas com Deficiência;

1998 / 2000 – Representante da Direcção-Geral do Tesouro no grupo de trabalho que elaborou os projetos de diplomas que regulam o regime da concessão de crédito à aquisição, construção e realização de obras em habitação – Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de novembro, e posteriores alterações;

1998 – Representante da Direcção-Geral do Tesouro na Comissão de Estudo do Regime Jurídico Relativo aos Auxílios Públicos.

3. Revisor Oficial de Contas

Dr. José Luís Areal Alves da Cunha (ROC nº 585)

Representante da Alves da Cunha, A. Dias & Associados (SROC nº 74)

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Finanças (1972/1973) pelo Instituto Superior de Economia (atual ISEG), da Universidade Técnica de Lisboa;

Mestrado em Gestão (1986) pela Universidade Técnica de Lisboa.

Atividade Profissional:

Iniciou a sua atividade profissional na Inspeção Geral de Finanças (IGF), em Março de 1974, tendo posteriormente empreendido um percurso profissional no domínio da gestão empresarial pública e privada. Em 1988, após aprovação em exame, inscreveu-se como Revisor Oficial de Contas (n.º 585 da respetiva Lista), atividade que, a partir de 1990, passou a exercer integrado na sociedade que fundou, atualmente denominada Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

A sua atividade como Revisor Oficial de Contas é atualmente exercida em diversas sociedades e entidades públicas e privadas, na qualidade de Fiscal Único ou integrando o órgão de fiscalização. Sob a sua responsabilidade têm sido realizadas múltiplas auditorias no âmbito do controlo dos fundos comunitários (FSE, FEDER, Fundo de Coesão).

É Professor Auxiliar Convidado do Instituto Superior de Economia e Gestão, sendo atualmente responsável pela disciplina de “Auditoria” da licenciatura em Gestão, lecionando ainda matérias conexas em diversos cursos de Pós graduação deste Instituto.